



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE  
Identificação: CIDADES B5  
Data: 04/09/2012

# Justiça estabelece escala de ortopedistas do Huse

## Decisão da 3ª Vara Civil é para evitar “furos” nos plantões da unidade

Fernando Pires  
DA EQUIPE JC

A Justiça determinou que o Estado providencie escalas médicas completas de Ortopedia para o centro cirúrgico e pronto-socorro do Hospital João Alves Filho. A 3ª Vara Cível da Comarca de Aracaju atendeu a pedido formulado pelo Ministério Público Estadual, que verificou, em 2011, insuficiência na quantidade de profissionais para atender à demanda. O governo recorreu da decisão e aguarda o julgamento do recurso.

A sentença assinada pela juíza Simone de Oliveira Fraga estabeleceu que o pronto-

socorro conte com três ortopedistas e o centro cirúrgico com pelo menos dois profissionais, sem prejuízo para a presença de um ortopedista em cada enfermaria. As escalas precisam ser informadas aos profissionais que estarão de plantão e ser fixadas em local de fácil acesso para pacientes e familiares.

A promotora de Justiça **EuzaMissano** acredita que a decisão será mantida pelo Judiciário após análise do recurso. “O Ministério Público espera que não haja reforma da decisão e que haja assistência digna aos cidadãos, uma vez que essa foi a quantidade ideal

de profissionais indicada pelos próprios médicos que atuam no atendimento em ortopedia do hospital. É uma sentença judicial que confirmou uma liminar anterior e atende a um desejo da população”, afirmou.

EuzaMissano lembrou que a situação nessa área de atendimento é grave em Sergipe. “Não existem hospitais de retaguarda para realização de cirurgias eletivas e, por isso, verificamos filas de espera para pacientes com braços e pernas quebradas. Além disso, como o CFM orienta que os profissionais não podem operar sozinhos, existiam situações em que o médico de plantão no

pronto-socorro era obrigado a deixar o setor para ajudar outro ortopedista no centro cirúrgico”, declarou a promotora.

O MPE convocou uma audiência para o próximo dia 10 com a direção do hospital e gestores da Secretaria de Estado da Saúde e da Fundação Hospitalar da Saúde. “A sentença precisa ser cumprida imediatamente e queremos verificar que medidas já foram adotadas para que haja melhoras no atendimento. Com essa determinação judicial, o Ministério Público vai poder monitorar a situação e cobrar avanços”, disse a promotora de Justiça Euza Missano.